

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

Em atendimento ao dispositivo na lei 9.656 e instruções normativas do órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, divulgamos neste ato o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes da Operadora de Plano Privado de Assistência à Saúde Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda, sob o registro de Operadora ANS 41.275-9, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

Política de Destinação de Lucros: A Terramar Administradora de Planos de Saúde LTDA, preza pelo reinvestimento dos resultados advindos em operação, com fito em atender as garantias inerentes à sua atividade principal e a sustentabilidade da Operadora.

Negócios Sociais e Principais fatos internos e/ou externos: No último ano o Brasil trabalhou em tom de recuperação, houve avanços positivos no âmbito legislativo e no econômico, porém, as ações não foram suficiente para a retomada da economia desejada, a política externa afetou de forma negativa os indicadores econômicos, o crescimento projetado não chegou a metade do planejado tendo PIB registrado em 1,12, os níveis de desemprego se mantiveram, apesar das reformas trabalhista e previdenciária. O mercado de saúde suplementar no geral registrou perda de 0,13% no número de beneficiários, na Bahia houve perda ainda maior 0,44% do número. Na operadora, as ações planejadas no exercício anterior sofreu efeito com ampliação do número de beneficiários 18%, porém, no mesmo período, houve um grande aumento de despesas com o ressarcimento ao SUS, além de alteração na contabilização de reservas técnicas que repercutiram de forma negativa para o resultado.

Perspectivas e Planos para o Ano de 2020: A operadora reforçou a partir de 2020 a comercialização de produtos coletivo por adesão e para pequenas e médias empresas, dessa forma, a operadora deve acompanhar o mercado, pois, observa-se crescimento nesses segmentos que em números atuais representam 27% do nosso PIB. Negociação do formato de remuneração para tratamento em unidade de terapia intensiva saindo do modelo fee for service para orçamento global, com expectativa de economia de 44% neste item, além disso a operadora realizou negociação com os principais prestadores garantindo redução na remuneração dos serviços em até 2%.

Paralelo à comercialização de produtos em consonância com o crescimento de mercado, e novas negociações a operadora planeja avançar em tecnologia para otimizar nossos processos internos, com vistas de melhorar a qualidade dos serviços prestados e reduzir custos e despesas.

Capacidade Financeira e a intenção de manter títulos e valores mobiliários: A Terramar reassume o inarredável compromisso e declara, para os devidos fins, que manterá os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes, parceiros, rede credenciada, fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em incansáveis esforços que redundam na Administração efetiva e conjunta com colaboradores indispensáveis para resultado obtido.

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-e-mpresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-11-milhao-de-desempregados-e-lidera-ranking-de-desalentados/>

<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/18/em-4-anos-de- crise-33-milhoes-de-brasileiros-desistiram-de-procurar-emprego-revela-ibge.ghtml>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/brasil-caminha-para-decada-com-crescimento-mais-fraco-em-120-anos.ghtml>

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO

DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$)	2019	2018
Contraprest Efetivas/Pr Ganhos de Oper c/ Pl Ass Saúde	36.300.388,70	33.842.267,21
Receitas com Operações de Assistência a Saúde	36.802.307,80	34.554.204,63
Contraprestações Líquidas	36.802.307,80	34.554.204,63
(-) Variação das Provisões Técnicas	-	-
(-) Tributos Diretos de Oper.c/Planos Ass.Saúde da OPS	(501.919,10)	(711.937,42)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(33.314.433,32)	(23.524.251,00)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(31.858.005,45)	(24.447.256,50)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(1.456.427,87)	923.005,50

(=) RESULTADO DAS OP C/PLANOS ASS SAÚDE	2.985.955,38	10.318.016,21
--	---------------------	----------------------

Receitas de Assist. Saúde Não Rel. c/Planos de Saúde da OPS	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-

Outras Despesas Oper. com Plano de Assist. à Saúde	(1.056.924,37)	(3.820.750,53)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assist. à Saúde	(337.763,73)	(374.427,55)
Provisão para Perdas sobre Créditos	(719.160,64)	(3.446.322,98)

(=) RESULTADO BRUTO	1.929.031,01	6.497.265,68
----------------------------	---------------------	---------------------

Despesas de Comercialização	(1.673.710,93)	(1.635.374,66)
Despesas Administrativas	(4.967.387,58)	(3.953.002,18)

Resultado Financeiro Líquido	(159.355,21)	76.411,31
Receitas Financeiras	461.820,71	1.070.663,11
Despesas Financeiras	(621.175,92)	(994.251,80)

Resultado Patrimonial	(190.830,36)	(193.348,41)
Receitas Patrimoniais	-	-
Despesas Patrimoniais	(190.830,36)	(193.348,41)

RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(5.062.253,07)	791.951,74
Imposto de Renda	-	(355.153,16)
Contribuição social	-	(136.495,15)
Participações sobre o Lucro	-	-

RESULTADO LÍQUIDO	(5.062.253,07)	300.303,43
--------------------------	-----------------------	-------------------

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$)	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos Saúde	35.331.250,53	29.620.898,06
Resgate de Aplicações Financeiras	606.878,72	1.947.629,22
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	336.777,78	410.779,25
Outros Recebimentos Operacionais	1.264.182,69	326.232,21
Pagamento a Fornecedores/ Prestadores de Serviço de Saúde	(29.018.277,22)	(14.073.468,56)
Pagamento de Comissões	(1.715.935,77)	(1.804.325,07)
Pagamento de Pessoal	(1.729.118,25)	(1.766.823,70)
Pagamento de Serviços Terceiros	(1.513.949,48)	(1.289.098,83)
Pagamento de Tributos	(1.902.672,94)	(1.986.089,11)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(791.002,27)	(302.193,99)
Bloqueio Judicial	-	(351.633,96)
Pagamento de Aluguel	(89.399,11)	(106.890,79)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(433,98)	(8.550,00)
Aplicações Financeiras	(336.777,78)	(354.988,04)
Outros Pagamentos Operacionais	(1.257.236,87)	(11.232.921,36)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(815.713,95)	(971.444,67)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	-	-
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	-	-
Títulos Descontados	810.996,84	2.316.671,33
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(5.277,03)	(143.358,58)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(126.909,30)	(941.702,56)
Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	678.810,51	1.231.610,19

VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(136.903,44)	260.165,52
----------------------------------	---------------------	-------------------

CAIXA – Saldo Inicial	315.133,28	54.967,76
------------------------------	-------------------	------------------

CAIXA - Saldo Final	178.229,84	315.133,28
----------------------------	-------------------	-------------------

Ativos Livres no Inicio do Período	315.133,28	54.967,76
---	-------------------	------------------

Ativos Livres no Final do Período	178.229,84	315.133,28
--	-------------------	-------------------

Aumento (Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES	(136.903,44)	260.165,52
--	---------------------	-------------------

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO

DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$)

2019	2018	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		Aumento (Diminuição) nos Passivos	3.350.076,88
Resultado do Exercício	(5.062.253,07)	300.303,43	(3.860.119,31)
(+) Depreciação/Amortização	197.446,56	198.274,77	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.965.670,20	
Ajustes de Empréstimos e Financiamentos	(722.816,43)	(1.918.801,43)	
Ajustes Imobilizado	-	2.518,05	
RESULTADO AJUSTADO	5.587.622,94	547.965,02	
(Aumento) Diminuição nos Ativos	1.421.832,11	2.340.709,62	
Aplicações	263.875,37	773.899,34	
Créditos de Operações			
com planos de Assistência a Saúde	153.293,64	1.535.833,93	
Créditos Tributários e Previdenciários	(21.111,16)	303.359,73	
Bens e Títulos a Receber	933.770,67	(372.434,24)	
Despesas Antecipadas	-	-	
Depósitos Judiciais e Fiscais	92.003,59	100.050,86	
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-	

Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	3.266.325,30	(897.756,29)
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(235.405,00)	29.562,37
Provisões	(55.754,18)	55.754,18
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	26.794,61	(3.030.733,69)
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Débitos Diversos	51.051,26	(116.793,38)
Provisões para Ações Judiciais	297.064,89	99.847,50

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(815.713,95)	(971.444,67)
---	---------------------	---------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL A TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA., com sede na Avenida Concêntrica, 04, Camaçari de Dentro, Camaçari - BA, sendo uma sociedade empresária limitada, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro. A sociedade tem por objetivo social a atividade de serviços de administração de plano de assistência médica e de odontologia, medicina ocupacional, atendimento a pacientes em UTI móvel e ambulância e em outros serviços auxiliares a saúde, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações, nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A administração da operadora autorizou a elaboração e conclusão das demonstrações contábeis em 30/mar./2020, considerando eventos subsequentes ocorridos até esta data. **NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Ajuste a valor presente** Os elementos do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de curto prazo ou longo prazo, são ajustados a valor presente, tomando por base a origem da transação, quando relevantes. **b) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")** A Lei número 11.638/2007 e posteriores alterações determina análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização. A Entidade por meio de laudos técnicos, identificou que seus bens estão contabilizados por valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, não necessitando de ajustes ao valor recuperável neste exercício. Para os bens móveis, por serem inexpressivos não foram elaborados laudos de recuperabilidade. E para os bens imóveis, a entidade amparada com base no laudo realizado para fins de integralização desses bens ao capital social ocorrida no exercício de 2016, em 2019 não constatou necessidade de elaboração de novo laudo, em face de não haver indícios de desvalorização dos referidos bens durante esse período. **(c) Ativos circulares e realizáveis a longo prazo** Os ativos circulares e realizáveis á longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e atualizações monetárias. **d) Passivo Circular e Não Circular** Está representado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando conhecidos. **e) Regime de Escrituração:** É adotado o regime de competência para o regime das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Depreciações e amortizações** Os encargos de depreciação e amortização foram calculados com base em taxas determinadas na expectativa de vida útil e econômica dos bens e permitidas pela Legislação do Imposto de Renda. **NOTA 04. DISPONÍVEL** Está representado por numerários em caixa e em bancos conta depósitos. **NOTA 05. APLICAÇÕES FINANCEIRAS** Representadas por aplicações de renda fixa, registradas pelo valor original de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com saldo de R\$ 5.330.734,13 vinculadas junto a ANS, para cobertura das provisões técnicas, e por montante de R\$ 978.947,27 destinado a garantir a Provisão de Eventos a Liquidar – PEL, em atendimento as RN´s 392/2015, 393/2015 e 419/2016. **NOTA 06. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE** Estão registrados como Créditos de Operações de Planos de Assistência a Saúde, valores a receber referente contraprestações pecuniárias, contabilizadas pela emissão e não recebidas até a data do balanço, no montante de R\$ 5.601.409,34 deduzidos de provisão para perdas sobre créditos no valor de (R\$ 4.709.530,63), resultando em saldo líquido na ordem de R\$ 891.878,71 em 31.12.2019 (R\$ 1.045.172,35 em 31.12.2018). A administração da operadora julga o saldo de PPSC constituído, suficiente para cobrir eventuais perdas no recebimento dos créditos a receber. **NOTA 07. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS** Representados por:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
IRRF a Compensar	21.111,16	-
ISS a Compensar	206,64	206,64
TOTAL	21.317,80	206,64

NOTA 08. BENS E TÍTULOS A RECEBER
Representados por:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos a Funcionários	5.007,54	26.128,25
Adiantamentos a Prestadores de Serviços Assistenciais	51.301,06	-
Adiantamentos a Fornecedores Diversos	2.414,41	-
Convênios Abono Salarial	-	18.402,90
Retenções de Terceiros a Descontar	388,24	48.635,40
Outros Créditos a Receber	25.338,91	925.054,28
TOTAL	84.450,16	1.018.220,83

NOTA 09. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - REALIZÁVEL À LONGO PRAZO
Estão representados por:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos Judiciais – TSS e Multa ANS	59.120,54	-
Outros Bloqueios Judiciais	194.529,21	345.653,34
TOTAL	253.649,75	345.653,34

NOTA 10. INVESTIMENTOS Representados por Imóveis – Edificações, no montante de R\$ 12.356.801,33 em 31.12.2019 (R\$ 12.547.631,69 em 31.12.2018). Os Imóveis – Edificações em uso estão sendo depreciados a taxa de 4% ao ano, cujas taxas são julgadas pela administração tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada desses bens. Informamos ainda que os dois imóveis integrados ao patrimônio da empresa em 30/09/2016 estão em processo de regularização das escrituras devido trâmites burocráticos junto à Prefeitura e Cartórios.

Descrição	31.12.2019			31.12.2018
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	3.729.241,36	-	3.729.241,36	3.729.241,36
Edificações	9.247.758,64	620.198,67	8.627.559,97	8.818.390,33
TOTAL	12.977.000,00	620.198,67	12.356.801,33	12.547.631,69

NOTA 11. IMOBILIZADO O Imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição, ajustados por encargos de depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2019, calculados a taxas usuais permitidas pela legislação do Imposto de Renda, cujas taxas são julgadas pela administração, tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens.

Descrição	31.12.2019			31.12.2018
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Máquinas e Equipamentos	18.376,14	10.529,15	7.846,99	9.013,15
Informática	110.005,06	92.427,78	17.577,28	19.309,36
Móveis e Utensílios	44.067,91	28.320,60	15.747,31	19.260,19
TOTAL	172.449,11	131.277,53	41.171,58	47.582,70

NOTA 12. INTANGÍVEL Representado por Marcas Comerciais e por Sistemas de Computação "softwares", registrados ao custo de aquisição, ajustados por amortização a taxa de 20% a.a.

Descrição	31.12.2019			31.12.2018
	Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Sistemas de Computação Softwares	65.000,00	65.000,00	-	-
Marcas e Patentes	2.050,79	1.709,00	341,79	546,87
TOTAL	67.050,79	66.709,00	341,79	546,87

NOTA 13. PROVISÕES TÉCNICAS – Circulante e Não Circulante A operadora constituiu as Provisões Técnicas estabelecidas pela ANS, conforme RN 393/2015, com observância da RN 274/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Provisão de Eventos a Liquidar – Ressarcimentos ao SUS Curto e Longo Prazo (i)	6.202.035,50	4.117.658,53
Provisão de Eventos a Liquidar – Outros Prestadores (ii)	1.959.482,50	2.233.962,04
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA (iii)	3.095.005,23	1.638.577,36
TOTAL	11.256.523,23	7.990.197,93

(i) Refere-se a cobranças de Ressarcimentos ao SUS, geradas por realização de atendimentos médicos na rede pública aos usuários do plano, conforme art. 32 da Lei 9.656/98, reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. (ii) São registrados com base nas faturas de prestadores de serviços, na data em que estas são apresentadas à operadora, em contrapartida com as contas de despesas de eventos conhecidos ou avisados. (iii) Representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor para operadoras de médio e grande porte, deve ser por metodologia própria baseada em cálculo e nota técnica atuarial encaminhada a ANS. A operadora, por meio de Nota Técnica Atuarial de metodologia própria encaminhada a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constituiu referida Provisão, cujo saldo em 31.12.2019 é de R\$ 3.095.005,23 (R\$ 1.638.577,36 em 31.12.2018). O período de cobertura do risco da totalidade dos contratos/beneficiários da operadora inicia-se no primeiro dia e termina no último dia de cada mês, consequentemente não apresentando em seu passivo saldo de Provisão de Contraprestações Não Ganhas – PPCNG ao final de cada mês.

NOTA 14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE Representados por obrigações com Despesas de Comercialização de Planos (comissões a pagar) com saldo de R\$ 95. 771,41 e por Contraprestações Pecuniárias Recebidas Antecipadamente com saldo de R\$ 0,00, resultando no montante de R\$ 95.771,41 na data de 31.12.2019 (R\$ 331.176,41 em 31.12.2018). **NOTA 15. PROVISÕES** Composto por Provisão de IRPJ e CSLL com saldo a pagar de R\$ 0,00 em 31.12.2019 (R\$ 55.754,18 em 31.12.2018).

NOTA 16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER – CURTO E LONGO PRAZO Estão representados por débitos de impostos, contribuições e encargos sociais atualizados de acordo com a legislação em vigor, sendo que parte encontra-se sob processos de parcelamento. No curto prazo estão registrados os débitos a vencer até o término do exercício seguinte e no longo prazo, débitos a vencer após o término do exercício seguinte. Em março de 2015 foi realizado o parcelamento ordinário do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS do período de Abril de 2014 a Dezembro de 2014. Em Setembro de 2015 foi realizada a consolidação do Parcelamento lei 12.996/2014 com redução da dívida, sendo utilizado R\$ 184.038,73 do estoque de Prejuízo Fiscal. Em 2016 foram efetuados parcelamentos simplificados. Em 2017 foram efetuados parcelamentos especiais PERT. Em 2019 foi realizado o parcelamento do ISS, Pis e Cofins de competências do ano 2018 e 2019 e IRPJ e CSLL da competência 2018.

Descrição	Custo Prazo		Longo Prazo	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ISS a Recolher	49.102,87	85.128,32	-	-
INSS a Recolher	35.830,83	33.900,39	-	-
FGTS a Recolher	12.273,94	10.265,76	-	-
COFINS a Recolher	90.399,48	165.383,99	-	-
PIS a Recolher	14.689,89	26.874,90	-	-
CONTRIB SINDICAL a Recolher	174,94	174,94	-	-
Taxa de Fiscalização	-	-	-	-
IRRF a Recolher	21.794,39	21.828,74	-	-
ISS Retido na Fonte a Recolher	5.750,58	4.203,76	-	-
INSS Retido a Recolher	689,44	1.012,28	-	-
PIS/COFINS/CSLL Retidos	44.589,62	38.252,22	-	-
Parcelamento IRPJ	11.320,74	5.719,78	27.757,82	4.159,84
Parcelamento CSLL	5.746,84	-	20.375,16	-
Parcelamento ISS	132.661,71	90.919,24	262.436,52	258.307,91
Parcelamento COFINS	108.248,03	70.394,16	332.405,38	267.176,62
Parcelamento PIS	17.802,07	11.917,95	36.933,17	27.503,80
Parcel. Lei 11.941	16.900,24	16.389,42	72.209,96	87.906,70
Parcel. Lei 12.996/2014	57.295,70	55.057,98	541.670,26	580.577,92
Parcel. Simplificado CSRF	140.009,32	120.807,01	374.217,10	421.915,98
Parcel. Simplificado IRRF	20.490,69	16.464,33	30.301,41	35.039,55
P. Especial PERT <small>D. Débitos - PGRN</small>	6.730,17	6.730,17	-	-
TOTAL	792.501,49	781.425,34	1.698.306,78	1.682.588,32

NOTA 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR Refere-se a saldo devedor e antecipação de recebíveis junto a instituições financeiras e utilização de limites de contas garantidas, com saldo de R\$ 402.439,49 em 31.12.2019 (R\$ 446.445,41 em 31.12.2018). **NOTA 18. PROVISÕES JUDICIAIS – LONGO PRAZO** Estão representadas por valores de processos trabalhistas sob discussão judicial, no montante de R\$ 110.000,00, com bloqueios judiciais em conta-corrente bancária, provisionadas com base em posição atualizada fornecida pelos advogados. A operadora possui também diversos processos cíveis, porém a maioria classificada por seus advogados com probabilidade de perda "remota". O montante de processos cíveis classificados com probabilidade de perda "provável" somam R\$ 654.439,64 cujo montante encontra-se provisionado em seu Balanço Patrimonial. Em 31.12.2019 os processos avaliados com probabilidade de perda "possível" montavam em R\$ 179.310,04. Em 31.12.2018 a operadora não apresenta processos avaliados com probabilidade de perda "possível". A operadora também registra Provisão para processo de ISS junto a Prefeitura de Camaçari, no montante de R\$ 23.444,71, embora referido processo esteja avaliado com probabilidade remota de perda.

NOTA 19. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações com Pessoal (i)	242.450,38	191.078,72
Fornecedores	128.735,71	126.322,14
Outros Débitos a Pagar (ii)	45.020,07	47.754,04
TOTAL	416.206,16	365.154,90

(i) Representadas por folha de pagamento de salários e honorários líquida a pagar e por Provisão de Férias com encargos sociais correspondentes, calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 31.12.2019. (ii) Representados por Créditos em conta corrente não identificados no montante de R\$ 22.249,55; e Outros Débitos Diversos a Pagar no valor de R\$ 22.770,52. **NOTA 20. CAPITAL SOCIAL** O Capital Social subscrito e integralizado, pertence inteiramente a quotistas pessoas jurídicas domiciliadas no País, e está composto por 20.472.300 quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 20.472.300,00 em 31.12.2019 (R\$ 20.472.300,00 em 31.12.2018).

NOTA 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31.12.2019 a operadora apresenta Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 4.687.889,45 e em 31.12.2018 apresentou Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 9.750.142,52, com a seguinte composição:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Capital Social	20.472.300,00	20.472.300,00
Reserva de Lucro	19.060,00	19.060,00
Prejuízos Acumulados	(15.803.470,55)	(10.741.217,48)
TOTAL	4.687.889,45	9.750.142,52

NOTA 22. PARTES RELACIONADAS A Clínica Santa Helena Ltda., empresa ligada, ao mesmo grupo empresarial, mantém operações de Eventos Indenizáveis e prestação de serviços com a operadora Terramar. A Terramar recebeu em 2019 o valor de R\$ 18.402,90, referente ao Convênio Abono Salarial Pis/Empresa, que foi creditado na conta corrente da Clínica Santa Helena Ltda. Também tinha créditos a receber da Clínica Santa Helena de empréstimo consignado de funcionários que são debitados equivocadamente nas contas bancárias da Terramar e transferências bancárias que foram realizadas a maior para pagamento de fatura de prestação de serviços, que remonta o valor de R\$ 204.648,43 em 2018. Em 2019 a Clínica Santa Helena Ltda. Fez um crédito de R\$ 156.755,50. Sendo a diferença de R\$ 47.892,93 não reconhecida pela parte devedora e o crédito foi baixado como perdas. Também, houve aquisições em 2018 de computadores para Clínica Santa Helena, e foi utilizado o cartão de Crédito da Terramar para pagamento ao fornecedor, sendo o crédito no valor de R\$ 15.905,85, restituído em 2019. A Terramar recebeu em Janeiro de 2019 o crédito de R\$ 704.500,00, referente a transferências efetuadas para a conta corrente da SH Brasil Serviços Médicos Ltda em Dezembro de 2018. A Terramar mantém a operação de prestação de serviços de plano de saúde contratados pela Clínica Santa Helena Ltda e sua sócia majoritária SH Brasil Serviços Médicos Ltda. **NOTA 23. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO INDIRETO** Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC pelo Método Indireto. O CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, determina que, a entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto deverá constar em Notas Explicativas a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Atividades Operacionais	2019	2018
Resultado do Exercício	(5.062.253,07)	300.303,43
(+) Depreciação/Amortização	197.446,56	198.274,77
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.965.670,20
Ajustes de Empréstimos e Financiamentos	(722.816,43)	(1.918.801,43)
Ajustes Imobilizado	-	2.518,05
RESULTADO AJUSTADO	(5.587.622,94)	547.965,02
(Aumento) Diminuição nos Ativos	1.421.832,11	2.340.709,62
Aplicações	263.875,37	773.899,34
Créditos de Operações com planos de Assistência a Saúde	153.293,64	1.535.833,93
Créditos Tributários e Previdenciários	(21.111,16)	303.359,73
Bens e Títulos a Receber	933.770,67	(372.434,24)
Depósitos Judiciais e Fiscais	92.003,59	100.050,86
Aumento (Diminuição) nos Passivos	3.350.076,88	(3.860.119,31)
Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	3.266.325,30	(897.756,29)
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(235.405,00)	29.562,37
Provisões	(55.754,18)	55.754,18
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	26.794,61	(3.030.733,69)
Débitos Diversos	51.051,26	(116.793,38)
Provisões para Ações Judiciais	297.064,89	99.847,50
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(815.713,95)	(971.444,67)

NOTA 25. EVENTOS SUBSEQUENTES
Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações financeiras, 30/03/2020, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

DIRETOR
Eládio Galdino Vilela de Souza
CONTADOR
Jailson Belmiro de Souza - CRC/BA 032363/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** Em 31.12.2019 a operadora apresenta insuficiência de Ativos Garantidores para cobertura de suas Provisões Técnicas e insuficiência de Margem de Solvência – MS, dessa forma não atendendo ao que determinam as RN’s 159/2007, 209/2009, 313/2012, 392/2015, 393/2015 e 419/2016 da ANS. Esta situação poderá ser sanada com planejamento estratégico, redução de custos, aumento de receitas, readequação operacional, aportes financeiros, integralização de bens ao capital social, aliado à melhoria substancial de sua margem operacional. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditados, para os quais emitimos Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de março de 2019 com ressalva sobre insuficiência de Provisão para Perdas sobre Créditos no valor de R\$ 248.421,98. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Recomendamos observar as informações contidas no parágrafo de Ênfase do presente relatório. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências

significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

CPN AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-PR 005478/O-0 CLAUDINEY CARLOS DE OLIVEIRA Contador CRC-PR-028035/O-5